

IMPACTOS REGIONAIS DE CHOQUES DE PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE DESIGUALDADES: O CASO DA REGIÃO NORDESTE

Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail:* <carlos.wagner@ipea.gov.br>.

Bruno de Oliveira Cruz

Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea. *E-mail:* <bruno.cruz@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2694>

A construção de cenários prospectivos tem auxiliado acadêmicos, tomadores de decisão, formuladores de política e gestores públicos e privados nas suas decisões e execução de seus respectivos trabalhos. Não obstante a existência de modelos e ferramentas que facilitam a construção de cenários, o Frederick S. Pardee Center for International Futures, da Universidade de Denver, idealizou uma ferramenta que gera estimativas de impacto de longo prazo a partir de cenários construídos dentro da própria ferramenta ou por terceiros. Com toda a estrutura do International Futures (IFs) estando integrada, o sistema busca responder três questões básicas: onde estamos? Onde parecemos estar indo? Onde queremos estar e como chegaremos lá? A primeira questão está associada aos padrões históricos mundiais, nacionais ou regionais, permitindo a compreensão de suas relações e o acompanhamento de tendências. A segunda questão significa a compreensão de relações que vão além de uma tendência ou a extrapolação de uma série de dados. Aqui, o modelo subjacente ao sistema IFs busca representar as interações entre os diversos agentes. A terceira questão relaciona-se à criação de cenários alternativos de forma a destacar os potenciais impactos de mudança nas ações dos diferentes agentes. Assim, as hipóteses que o modelo sustenta se inserem nas questões globais. O modelo desenvolvido por esse centro de pesquisa foi adaptado para os diversos estados brasileiros, além de conter informações para mais 186 países.¹ Dessa maneira,

cria-se a possibilidade de estudos de impactos em diversos países e seus efeitos nos estados brasileiros.

Isso posto, tendo a ferramenta IFs como instrumento, neste estudo são comparados quatro cenários: o cenário-base, sem nenhuma alteração de política; um segundo cenário com ganhos de produtividades em nível nacional; um terceiro cenário de combate às desigualdades de renda interpessoais; e, por fim, um quarto cenário que é uma combinação de políticas de melhoria da produtividade e combate às desigualdades. Como as simulações foram realizadas considerando período pré-pandemia, os impactos da Covid-19 não estão incorporados nos resultados. Para a economia brasileira, a recessão de 2014-2016 foi incorporada ao modelo e as demais variáveis foram simuladas, a partir de 2015. Como resultado, o trabalho chega às conclusões descritas a seguir.

- Em um quadro para a economia mundial, a Ásia manteria uma taxa de crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) *per capita* acima de 2,5% de média no período 2015-2030, a Oceania e Europa ficariam com uma taxa média em torno de 1,5% e a América do Norte, África e América Latina teriam taxas médias de crescimento abaixo de 1%, sendo que o Brasil ficaria com uma taxa média, 0,61%, ainda menor do que o crescimento previsto para a América Latina, de 0,70%.

1. Foi utilizada a versão 7.39 da ferramenta, dado que ela incorporou todas as séries em nível estadual para o Brasil, em um esforço conjunto de diversas instituições, como Ipea, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), entre outras. Os cenários aqui analisados também foram construídos em conjunto com representantes dessas instituições; as simulações, no entanto, não se configuram como estimativas oficiais de projeções de nenhuma delas, tratando-se mais de um exercício de simulação e comparação de impactos do que de previsões oficiais.

SUMEX

- O modelo foi ajustado para reproduzir a crise do período de 2014 a 2016, com queda do PIB *per capita*. Contudo, tem sido mais otimista em relação à retomada (pré-pandemia), não tendo sido incorporado o teto do crescimento econômico, mesmo desconsiderando os efeitos da pandemia sobre a economia. Este modelo também não incorpora o teto de gastos do governo federal.
- A implementação das melhorias de produtividade consegue elevar o crescimento médio do PIB *per capita* da economia brasileira para 1,23% ao ano (a.a.) e o cenário de combate de desigualdades não tem impacto significativo sobre o cenário-base, com uma pequena melhora na trajetória de crescimento médio do PIB *per capita*, que passa para 0,75% a.a. O cenário combinado de combate de desigualdade e melhoria de produtividade proporciona a maior média de crescimento do PIB *per capita*, com 1,42% a.a.
- Mesmo em um “cenário otimista” de retomada do crescimento no pós-recessão ou de melhoria da produtividade em nível nacional, a economia do Nordeste segue tendência de crescer acima da média nacional, mas o nível do PIB *per capita* da região não atingiria 60% do PIB *per capita* nacional em 2030.
- Interessante também notar que mesmo no cenário de melhoria da produtividade e combate das desigualdades, que gera a maior taxa de crescimento do PIB *per capita* dos quatro cenários, não há alteração significativa no coeficiente beta de convergência absoluta. Em outras palavras, a estimativa da velocidade de convergência dos PIBs *per capita* não é alterada, ao menos segundo os dados simulados. Há mesmo divergência de PIB *per capita* considerando a convergência sigma, ou seja, em todos os cenários há um aumento do desvio-padrão dos PIBs *per capita* e, comparados com o cenário-base, todos os demais cenários terminam a simulação em 2030 com desvios-padrão mais elevados que os dados de 2015.
- O modelo também fornece resultados sobre outras dimensões das escolhas dos diferentes cenários. O indicador sintético de índice de desenvolvimento humano (IDH) mostra melhoria em cada um dos cenários, inclusive com redução da dispersão entre os estados. No entanto, o cenário de melhoria de produtividade, que gera maior crescimento do PIB *per capita*, tem efeito modesto sobre o IDH quando comparado com os cenários de redução de desigualdades. Isto é, o aumento do PIB *per capita* parece indicar um efeito mais modesto na melhoria do IDH do que as políticas de redução de desigualdades.
- Estuda-se também a trajetória da taxa de extrema pobreza, definida como US\$ 1,25 por dia, utilizada para

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No cenário-base, o Brasil chegaria a 2030 à taxa de 1,46%, enquanto com os choques de produtividade essa taxa cai para 1,1%, em especial pelo maior crescimento da economia. Aliando o crescimento econômico à redução de desigualdades, o país chega muito próximo de zerar a taxa de pobreza extrema com valor abaixo de 0,45%. No entanto, no Nordeste, no cenário-base, no último ano da simulação, 2030, a menor taxa de extrema pobreza é de 3,2%, na Bahia, enquanto o Maranhão teria 7,8%. Com o choque de produtividade, a Bahia passa a 2,4% e o Maranhão, para 6,8%.

- Estima-se também a elasticidade-renda e a elasticidade do Gini na redução da pobreza para os estados do Nordeste ao longo do tempo. Os resultados mostram que os dados gerados pelo modelo apresentam consistência e as elasticidades-renda são bastante próximas nos dados observados e nos dados simulados. Calcula-se a elasticidade de redução da taxa de pobreza com relação ao PIB *per capita* e ao Gini nos diferentes cenários. A maior estimativa para a elasticidade do PIB *per capita* é de -1,35 e para a elasticidade do Gini, 3,05. Conclui-se que, no cenário combinado, o crescimento econômico explica aproximadamente 35% da redução da taxa de pobreza no Nordeste, e a redução de desigualdades, aproximadamente 56%. Em resumo, os resultados mostram que políticas de melhoria da produtividade e redução de desigualdades pessoais não são suficientes para reduzir o quadro de desigualdades regionais. Interessante notar que a redução das desigualdades e o crescimento do PIB *per capita* apresentam impactos significativos na dinâmica da redução da taxa de pobreza. Os resultados, mesmo com redução das desigualdades e crescimento do PIB *per capita*, mostram a incapacidade de o país, com essas políticas, zerar a taxa de pobreza no Nordeste, apesar de chegar próximo desse objetivo. As implicações nos diversos cenários indicam que seriam necessários esforços localizados regionalmente para ser possível zerar a pobreza em 2030.

É certo, porém, que esse tipo de exercício não está isento de críticas: as abstrações inerentes a qualquer modelo são uma restrição; a abrangência da base de dados e, conseqüentemente, a impossibilidade de se obterem informações atualizadas para o conjunto das regiões do país e do mundo também impõem reservas na interpretação dos resultados; e os pressupostos assumidos na construção de cenários podem ser quebrados por um choque exógeno cuja ocorrência carrega alto grau de incerteza (vide o atual quadro de pandemia pelo qual

SUMEX

o mundo está passando). Todavia, os resultados deste trabalho mostram-se importantes na medida em que destacam o quadro diferenciado do comportamento da economia dos estados nordestinos diante da adoção de políticas nacionais e a necessidade de uma política orientada para a região como medida de combate às desigualdades regionais de renda, combinando políticas de estímulo à produtividade e redução de desigualdades interpessoais de renda.